



Anais da Assembléia

Nº 135

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 04 DE SETEMBRO DE 1996

ANOXXII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT – 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; **PSDB – 10:** Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; **PMDB – 10:** Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Calto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; **PTB – 07:** Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; **PPB – 06:** Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; **PFL – 05:** Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; **PT – 05:** Angelo Vanhoni - Péricles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.^a LEGISLATURA
ATA DA 83.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 04 DE SETEMBRO DE 1996.

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Walmor Trentini.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Nelvo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Techy Filho, Albanor Gomes, Alqaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edison Silva Lino, Eduardo Trevisan, Elío Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takavama, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (52). Achando-se em licença os Senhores Deputados Edqar Bueno e Plauto Miró Guimarães (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 910

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 406/96, de autoria dos Deputados Anibal Khury, Eduardo Trevisan e Luiz Carlos Zuk, que prorroga até 31 de outubro do corrente ano, os efeitos contidos nos incisos I e II, do artigo 3º, da Lei n° 11.429, de 14 de junho de 1996.

Sala das Sessões, em 04.09.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 907

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.^a Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 04.09.96.

(a) WALMOR TRENTINI

REQUERIMENTO N° 902

Senhor Presidente.

O Deputado que firma este requerimento, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado os cumprimentos desse Poder à Senhorita Angela Weirich, do Município de Marechal Cândido Rondon, pela conquista do Título de Miss Paraná 96/97, no último final de semana, na Cidade de Campo Largo, neste Estado.

Sala das Sessões, em 04.09.96.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO N° 904

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Paraná, alusivos à posse da Nova Diretoria, para o triênio 1996/1998 a realizar-se no próximo dia 09 de setembro do corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente daquele Conselho, Doutor Paulo Moreira Borba, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Brasília Itiberê n° 356, CEP: 80050-020, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 04.09.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 905

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje voto de congratulações à Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária, alusivos à posse da Nova Diretoria, para o triênio 1996/1998 a realizar-se no próximo dia 06 de setembro do corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente daquela Sociedade,

Doutora Elza Maria Galvão Ciffoni, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Brasília Itiberê n° 356, CEP: 80210-060, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 04.09.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 909

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos pelos 300 anos de história da família Rocha Loures e a escritora Maria Cristina Pieruccini, pelo lançamento do Livro "Os Rocha Loures".

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família Rocha Loures, bem como à escritora Maria Cristina Pieruccini.

Sala das Sessões, em 04.09.96.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

"Para quem caminha em direção,
ao sol, é sempre madrugada."

(Helena Kolody)

É indeclinável dever, honrar aqueles que por seus méritos fazem jus a admiração e a gratidão de seus semelhantes. Quanto mais, quando se trata de alguém, que por seus esforços tudo fizeram pelo nosso Estado, como é o caso da família Rocha Loures.

Prestamos esta homenagem que, embora não corresponda à magnitude e à grandeza dos méritos dessa tradicional família Rocha Loures, servirá, todavia, para testemunhar a nossa gratidão.

Que este livro que hoje é lançado pela escritora Maria Cristina Pieruccini, na Fundação Cultural de Curitiba, nos faça sempre presente a imagem daqueles que ao longo dos 300 anos com tanta dedicação empenharam-se em prol do Estado paranaense. Que seu espírito de luta, sua coragem indômita, sirvam de exemplo para continuar a nortear seus passos no caminho da honra e do dever.

Família como a Rocha Loures, são marcos fincados à beira da estrada da vida e que desafiam todas as intempéries.

Atenas passou a admiração dos povos, não tanto pelas qualidades guerreiras do povo helênico, senão pelas maravilhosas criações de seu espírito imortal. Se conhecemos seus feitos gloriosos nos campos de batalha é porque homens como Homero e Xenofonte souberam pôr em versos as ações inesquecíveis de seus varões assinalados.

Bastará, muitas vezes, um livro para imortalizar um País. Bastaria Dom Quixote para que a Espanha passasse à posteridade.

Nesse livro, com efeito, estarão soma-

dos, a história e os altos feitos dessa família. Lembrá-la é reviver o passado. A família é a esperança da nação.

Cultivar as letras é trabalhar pela grandeza e pela glória de uma nação. E os povos mais adiantados, aí estão para proporcionar uma maná para a população paranaense, sequiosa para conhecer pormenorizada a trajetória triunfante da família Rocha Loures.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se às homenagens que serão prestadas à família Rocha Loures com o lançamento do livro "Os Rocha Loures", uma família paranaense, em 300 anos de história, de autoria da escritora Maria Cristina Pieruccini.

REQUERIMENTO N° 908

Senhor Presidente.

Conforme documentos anexos, tem ocorrido sistemática postergação dos pagamentos de álcool adquiridos pela PETROBRÁS à indústria suco-alcooleira estabelecida no Paraná, o que causa compreensíveis riscos à continuidade dessa economia, afetando o emprego rural e a renda em nosso Estado, além de prejudicar o consumidor pelo risco de desabastecimento.

Em manifestação feita desde Maringá, o setor representado pela Associação de Produtores de Alcool e Açúcar do Estado do Paraná, Sindicato da Indústria de Fabricação de Alcool e Sindicato da Indústria de Açúcar no Estado do Paraná, protestam contra tal situação; de vez que a retirada de combustível dos tanques das unidades produtoras foi efetuada regularmente pela PETROBRÁS, com repasse para as companhias distribuidoras e recebimento à vista pelo produto.

Não obstante as faturas junto aos produtores de álcool continuam pendentes, relativamente às entregas efetuadas durante todo o mês de agosto último. Ora, as empresas sucro-alcooleiras são obrigadas a cumprir seus encargos salariais, tributários e outros e, não havendo os pagamentos regulares pela retirada do álcool, enfrentarão situação falimentar; agravando as árduas condições conjunturais em que evolui a agropecuária paranaense, levada a suportar desde 1994 o ônus principal do plano de estabilização, como reconhecido inclusive pelo Governo Federal e presente nas estatísticas (Revista Exame, Edição Melhores e Maiores, 1996).

Ainda se mostra mais dramática a questão - reclama a indústria - por isso priorizada a produção de álcool anidro para adição à gasolina, atendendo a apelo governamental para evitar desabastecimento no mercado de combustíveis (e cujo único comprador é o poder público via monopólio

estatal). Porém, esse esforço está sendo neutralizado pela presente situação de abandono dos produtores por parte da operadora estatal, com sua inadimplência reiterada em prejuízo dos produtores paranaenses.

Dado o que, e para evitar problemas de desabastecimento, desemprego e crise econômica - em decorrência do processo de descumprimento das obrigações da PETROBRÁS - é que solicitamos à Casa se expresse junto ao Senhor Presidente da República e Senhor Ministro das Minas e Energia pela regularização de tais compromissos; ao tempo em que pedimos vigilância do Governo do Estado, Bancada Federal na Câmara e Senado e acompanhamento do pleito pelos órgãos técnicos desta Assembléia, notadamente sua Comissão de Agricultura.

Sala das Sessões, em 04.09.96.

(aa) ANIBAL KHURY

Apoio: Walmor Trentini e Nelson Garcia.

REQUERIMENTO N° 906

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ministro da Agricultura do Abastecimento e da Reforma Agrária, solicitando a revogação da Portaria 107/96, de 16.08.96, do Secretário da Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, que suspende a entrada de animais suscetíveis à febre aftosa nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul a partir de 1° de setembro de 1996.

Sala das Sessões, em 04.09.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O referido requerimento baseia-se no fato de que a referida medida atinge negativamente o Estado do Paraná, que apresenta produção significativa de suínos, tanto para fins de abate como de reprodução.

Salientamos que em 1995, o Estado do Paraná enviou mais de 100 mil animais para os demais Estados do Sul, de forma que a restrição gerada por esta Portaria trará reflexos econômicos e sociais negativos para os produtores, que encontram-se atualmente em acentuada dificuldade devida aos baixos preços causados pelas importações, e pelo alto custo do milho e dos insumos básicos.

REQUERIMENTO N° 911

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua Companhia de Saneamento do Paraná -

SANEPAR, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Brasília Culman, proximidades do n° 1023 - São Brás, os quais solicitam a implantação de rede coletora de esgotos sanitários, uma vez que no local somente existem poços caseiros para a coleta dos detritos, causando uma série de transtornos a todos, principalmente em relação à sua saúde. Informações complementares podem ser obtidas com a Senhora Iraci Carvalho pelo telefone 272-3921.

Sala das Sessões, em 04.09.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 912

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de intensificar o policiamento na Rua Mariano Torres n° 317, no Centro da Cidade, uma vez que nesse local existe uma casa abandonada e que foi ocupada por menores e desocupados. As pessoas que moram nas proximidades e que por ali necessitam passar, estão apreensivas que algum acontecimento mais grave venha a ocorrer, principalmente à noite.

Sala das Sessões, em 04.09.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 913

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Secretaria de Estado da Educação, no sentido de atender o pedido da comunidade do Bairro Uberaba, os quais solicitam a doação de um computador para o Colégio Máximo Atílio Asinelli, sito à Rua Júlio Wicherl, para ser utilizado pelos alunos e professores. Com o atendimento desse pedido, muitas serão as pessoas beneficiadas, uma vez que o aprendizado da computação é essencial nos dias de hoje.

Sala das Sessões, em 04.09.96.

() LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 915

Senhor Presidente.

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Casa, REQUER à Mesa sejam expedidas correspondências ao Governador do Estado do Paraná, Exmo. Sr. Jaime Lerner; ao Secretário de Estado dos Transportes, Exmo. Sr. Deni Lineu Schwartz; e ao Diretor Geral do DER do Paraná, Sr. Eng° Luiz Alberto Kuster, encaminhando-lhes as reivindicações da comunidade de Inácio Martins

coletada pelo Conselho Pastoral Paroquial da Paróquia Nossa Senhora Aparecida.

Aquela comunidade reivindica a pavimentação asfáltica das rodovias que ligam Inácio Martins a Guaramirim-Irati e a Guará-Guarapuava e para externar que essa solicitação tem realmente o respaldo popular, coletaram assinatura de mais de cinco por cento da população adulta do Município de Inácio Martins.

Cabe salientar que aquela comunidade reclama das péssimas condições de tráfego nas sobreditas vias públicas, haja vista a necessidade de pavimentação e procura, através da elaboração do referido abaixo-assinado, sensibilizar as autoridades estaduais responsáveis pelo setor.

Sala das Sessões, em 04.09.96.

(a) EMERSON NERONE

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 416/96
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo, autorizado, a criar através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, a Delegacia da Mulher no Município de Santa Terezinha do Itaipu.

Art. 2° - A Secretaria de Estado da Segurança Pública, fornecerá toda estrutura para o perfeito funcionamento da Delegacia de que trata o artigo anterior, inclusive, utilizando-se dos recursos do seu orçamento próprio.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.09.96.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

Sendo o Município de Santa Terezinha do Itaipu, um município jovem que cresce com grande rapidez, no âmbito do Estado do Paraná, e, considerando a condição de proximidade com as fronteiras - Brasil, Argentina e Paraguai - e, ainda, o número de turistas do País e do exterior que a visitam, permanentemente, o município vizinho que é Foz do Iguaçu, sentimos a necessidade de contarmos com uma Delegacia da Mulher.

A violência que se registra em nossos dias, contra a Mulher, faz aumentar ainda mais a nossa preocupação, quanto ao atendimento especial para elas, com uma delegacia especial e um atendimento que seja digno aos residentes do município, bem como turistas.

Santa Terezinha espera, portanto, a sua Delegacia da Mulher e conto com o

apoio dos meus nobres pares para conseguir a aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI N° 417/96
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica obrigada a presença de profissional Nutricionista no Programa de Merenda Escolar da rede estadual de ensino.

Art. 2° - O poder executivo baixará em até 90 (noventa) dias, normas disciplinando a atuação dos Nutricionistas em todos os Núcleos Regionais de Educação e nas Escolas Estaduais a nível de Municípios.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor a partir da sua publicação.

Art. 4° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.09.96.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O Programa de Merenda Escolar, atuando no âmbito de todos os Municípios do Paraná e, atendendo aos cerca de dois milhões de alunos da rede pública de ensino, tem desenvolvido um bom trabalho, necessitando, porém de ajustes para seu aperfeiçoamento e atendimento total de suas finalidades.

Ora, o esforço do governo federal em destinar cerca de setecentos e cinqüenta milhões de reais para o Programa nos Estados e Municípios, deverá ser acompanhado por um conjunto de ações, tanto a nível de Município como do Estado, para que os alunos sejam efetivamente beneficiados. Ao tornar obrigatória a presença de Nutricionistas no Programa, estamos dando melhor encaminhamento às reais finalidades e objetivos do mesmo. É sabido que a atuação dos profissionais Nutricionistas em muito contribuirá para o bom desempenho do Programa, integrando-se no esforço geral em contribuir para com a evolução física e educacional dos alunos matriculados na rede pública e de ensino do Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI N° 418/96
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo Estadual, de conformidade com o disposto no artigo 10 da Constituição do Estado do Paraná, autorizado a ceder à Casa Latino-Americana, CASLA, imóvel com área de terras de 838,80 m² (oitocentos e trinta e oito vírgula oitenta metros quadrados), composta pelo lote cadastrado na Prefeitura

ra Municipal de Curitiba sob a indicação fiscal número 11.031.025.000, situado no Bairro São Francisco, nesta Capital, de frente para a Rua João Manoel n° 140, contendo edificações em alvenaria, de propriedade do Estado do Paraná, conforme constante da matrícula n° 15.197 do Cartório de Registro de Imóveis da 1.ª Circunscrição Imobiliária da Comarca de Curitiba.

Art. 2° - O imóvel de que trata o artigo 1° desta lei será utilizado exclusivamente pela CASLA para instalação de sua sede e continuidade dos programas por ela desenvolvidos, tendo esta cessão a duração até 2016, podendo ser prorrogada indefinidamente, mediante consenso entre as partes, não podendo ser utilizado para outras finalidades, nem transferido a terceiros, sob pena de tornar-se automaticamente sem efeito.

Parágrafo Único - Fica a CASLA responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, bem como pelas medidas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a futuros ressarcimentos.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.09.96.

(a) ALGACI TÚLIO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Kury) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senhor Deputado Élio Rusch.

O SR. ÉLIO RUSCH - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O que nos traz a a tribuna, hoje, é sobre a situação difícil em que vive a agricultura do nosso Estado, principalmente no setor do trigo e da suinocultura.

Nós poderíamos falar muito, Deputado Orlando Pessuti, sobre a questão do trigo. É preocupante a situação em que se encontram os triticultores em nosso Estado, e porque não dizer, do Brasil.

Recebemos diversas correspondências e, tenho certeza que os Senhores Deputados também devem ter recebido, que no início deste ano, ou mesmo antes de iniciar a colheita do trigo, o preço da tonelada estava em trezentos reais, e ela já caiu para duzentos reais, e a previsão é que se vá - no auge da safra - o correspondente ao preço mínimo, ou seja, cento e cinqüenta reais. Sem considerar aí, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que houve um considerável aumento no plantio de trigo em algumas regiões do nosso Estado e, mais especificamente no Oeste.

Por exemplo, o caso da região da COOPREAL - que é a Cooperativa Agropecuária

de Três Fronteiras de Medianeira, houve um aumento de mais de 100%, em relação ao ano passado no plantio do trigo. E agora, na véspera da colheita do trigo, os nossos agricultores se deparam com esta triste realidade, ou seja, na queda da produção ou na queda do preço deste produto. É lamentável que isto venha acontecendo.

Se não bastasse, Senhores Deputados, que quem mantém o Plano Real, hoje, é a agricultura. É o único segmento que mantém o Plano Real em evidência, em pé, e quem paga por tudo isso são os nossos produtores.

E agora, considerando este desestímulo para os nossos triticultores, é lamentável, e nós não poderíamos deixar passar em branco. E, na certeza, na próxima semana, vamos falar sobre esse assunto novamente.

Um outro fato, que gostaríamos de manifestar, é sobre a Portaria n° 107/96, que é uma Portaria do Secretário da Defesa da Agropecuária, vinculado à Secretaria do Ministério da Agricultura, baixada no dia 16/08 deste ano, que proíbe o trânsito dos animais para os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, suscetíveis, ou seja, aqueles animais sujeitos a febre aftosa. Ou seja, os de espécie bovina, bubalina, ovina, caprina e suína,

Para que os Senhores Deputados possam ter uma idéia, em 1995, o Estado do Paraná exportou para os Estados do Sul, mais de cem mil cabeças de suínos. E agora, com essa portaria que proíbe a exportação dos nossos suínos para os Estados do Sul, temos um prejuízo muito grande.

Já diziam os antigos - lembro-me, quando ainda era criança, porque também venho do campo - o meu pai e meu avô sempre faziam um cálculo que até hoje muitos agricultores ainda o fazem, diziam eles que para você produzir um suíno e colocá-lo no mercado, na faixa de uns 100 quilos, se fazia necessário o correspondente a 10 sacas de milho. Se considerarmos que o milho hoje está sendo comercializado de 9 a 10 reais a saca, e o suíno está sendo comercializado de 70 a 80 centavos, já está evidente o prejuízo que os nossos suinocultores têm em relação à produção desses animais.

E com esta portaria baixada agora, é lamentável que isso venha a ser registrado, aumentando ainda mais o prejuízo para nossos produtores de suínos e desestimulando ainda mais nossos agricultores.

Senhor Presidente, solicito o uso do Horário do PPL para conceder o aparte ao Deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti - Deputado Élio

Risch, quero cumprimentar Vossa Excelência pela manifestação que faz da tribuna, em primeiro lugar em relação ao trigo.

A história do trigo no nosso Estado é uma história, nos últimos tempos, bastante triste, porque o Paraná, sabe Vossa Excelência, é o maior produtor de trigo do nosso País, tendo produzido em 1986/87 ao redor de três milhões e meio de toneladas. Naquela ocasião ao redor de 60% da produção nacional.

Infelizmente a política de garantia de preços do trigo foi uma política muito ruim do Governo Federal, fazendo com que os nossos agricultores deixassem de plantar trigo, não só em nosso Estado mas no País. Hoje, o Brasil, que em 86/87 produziu praticamente 100% daquilo que necessitava para seu consumo, qualquer coisa ao redor de sete milhões de toneladas, hoje o Brasil importa mais de 60% daquilo que consome.

Com a perspectiva de um preço melhor, neste ano, em função dos preços internacionais terem sido elevados acima de 25 dólares a tonelada, o agricultor voltou a plantar trigo, e aí sofre o primeiro revés, que foi a estiagem. Quer dizer, a seca, acontecendo em nosso Estado, em muitas regiões, fez com que o trigo não tivesse o crescimento necessário, o crescimento ideal, conseqüentemente teremos uma produtividade reduzida. E vem agora a questão do preço, quer dizer, o preço sendo também reduzido a cada dia, diminuindo seu valor, faz com que, mais uma vez, nossos produtores de trigo venham a sofrer, em função da falta de uma política efetiva para a cultura do trigo, em nosso Estado, em nosso País. Quando digo nosso Estado é por se tratar o Paraná do maior produtor.

Com referência ao segundo assunto que Vossa Excelência traz ao conhecimento desta Casa, quero me somar a Vossa Excelência e dizer que este já é o primeiro sinal do prejuízo que tivemos com a saída de José Eduardo de Andrade Vieira do Ministério da Agricultura. Se Zé Eduardo estivesse lá, certamente não permitiria que se baixasse uma portaria onde o Estado do Paraná é altamente punido com esta restrição, de não se permitir a entrada de animais suscetíveis à febre aftosa, nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Todos nós sabemos, temos acompanhado o trabalho que se faz no Paraná, com referência à febre aftosa. Inclusive nos próximos dias estaremos prestando homenagem aqui ao médico veterinário Carmo Rocha, que completou agora 70 anos de idade, aposentou-se no Serviço de Defesa Sanitária Animal do Estado do Paraná, e foi ele quem começou no nosso Estado o trabalho de combate a febre aftosa.

E o que já se fez - lembro-me do tra-

balho do Secretário Osmar Dias, numa parceria com o Sindicato da Carne, com a APS, lembro-me agora das ações que vem desenvolvendo o Secretário Hermas Brandão, inclusive com a contratação de médicos veterinários para atuar na Defesa Sanitária Animal. E vem agora a Portaria n° 107/96 do dia 16/08/96, que proíbe a entrada de animais suscetíveis a febre aftosa nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a partir do dia 1°.

Inclusive no dia de ontem, recebemos uma manifestação da APS - Associação Paranaense dos Suinocultores, recebemos também do Senhor João Paulo da OCEPAR, uma manifestação, oficiamos lá ontem ao Ministro Arlindo Porto e demos entrada hoje de um requerimento, pedindo que esta Casa se manifestasse, solicitando a imediata revogação dessa portaria que é altamente prejudicial ao Estado do Paraná.

É por essa razão que eu, mais uma vez, registro o lamentável prejuízo que teve o Paraná com a saída do Senador José Eduardo de Andrade Vieira do Ministério da Agricultura, porque tenho certeza que se lá estivesse não permitiria esta medida altamente restritiva e punitiva a tudo aquilo que se faz em termos da nossa pecuária no Estado do Paraná.

O SR. ÉLIO RUSCH - Agradeço ao Deputado Orlando Pessuti e gostaria de lembrá-lo quando o Ministro paranaense José Eduardo de Andrade Vieira saiu, muitos paranaenses vibraram. Nos manifestamos naquela ocasião e lamentamos, como Vossa Excelência também lamenta nesse momento, porque não foi o fato do Ministro José Eduardo ter caído, mas quem perdeu foi o Estado do Paraná. E mesma coisa quando tem se encenado aqui no Estado, no Brasil inteiro em relação ao Ministro da Previdência Social, Reinhold Stephanes.

Acho que cada cargo que o Paraná perde é o Estado que sai prejudicado. E tenho certeza absoluta, e estou convicto, se tivéssemos ainda o José Eduardo de Andrade Vieira no Ministério da Agricultura, essa Portaria jamais seria baixada. Hoje estamos reclamando, e devemos reclamar, temos que reconquistar aquilo que conquistamos ao longo do tempo.

Acho que foi em 1969, quando ainda o Governador era Paulo Pimentel, se instituiu no Estado do Paraná o controle a febre aftosa. E naquela época se fazia o controle de 4 em 4 meses, mais precisamente nos meses de janeiro, maio e setembro. E com o passar dos anos se deixou de lado esse controle para a febre aftosa e apenas se atacava onde tinha focos. E temos hoje em nosso Estado, granjas modelos, com certificados de sanidade e tudo o que é exigido.

Agora, é lamentável, Senhores Deputados, que o Estado do Paraná venha a ser penalizado. Não podemos conceder jamais, visto que somos um dos maiores produtores de suínos do Brasil também. E a minha região, o Oeste do Estado, Marechal Cândido Rondon, Toledo, Medianeira, somos grandes produtores de suínos, embora boa parte desses suínos sejam abatidos na nossa região mesmo, mas quem mais sofre com essa Portaria é o Sudoeste do nosso Estado, e porque não dizer outras regiões também.

Por isso é que todos os segmentos da nossa sociedade, principalmente as entidades envolvidas diretamente, como as Cooperativas, a própria OCEPAR, a Secretaria da Agricultura, a Assembléia Legislativa, a FETAP, a FAEP, e acho que todas essas entidades estão hoje envolvidas, e temos que reverter isso. Acho que é nesses momentos, que todos nós Deputados Estaduais e a Assembléia Legislativa, devemos nos unir, porque não é concebível, diante da grande dificuldade que atravessa a agricultura, não só o Estado mas o Brasil inteiro, que venhamos a ser penalizados.

Por essa razão, se Vossa Excelência já tem o requerimento protocolado, o parabenizamos, estamos de acordo. E posso dizer a Vossa Excelência e a esta Casa, particularmente em nosso nome, já enviamos também para o Ministro da Agricultura, para o Ministro da Fazenda, para os Ministros da área econômica do Brasil, a nossa manifestação. Juntando com isso diversos documentos de diversas cooperativas, da FAEP, e enfim, todas as entidades envolvidas.

Não podemos nos calar diante deste fato. Não é concebível que a agricultura, que já está dando prejuízo, como disse anteriormente, seja penalizada diante desta Portaria. Acho que nós, se somarmos forças, podemos reverter este quadro em favor da nossa agricultura.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Senhor Presidente.

Só para registrar, em nome do nosso companheiro Nelson Garcia, os Vereadores de Umuarama, Wilson Ferraz; e de Cafetal do Sul, Anésio, em decorrência de ocuparem diretiva. O Deputado Nelson Garcia e também nós nos associamos com as ilustres presenças.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Horário das Lideranças, está registrada a presença dos Vereadores.

PSDB, PCB, PMDB, PT, PTB, PDT, Liderança do Governo.

(Declinam)

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Sérgio Spada, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Alcaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 324/96, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária de São Braz, com sede e foro na Cidade de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 02

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 345/96, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Padre Colbacchini, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 03

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 326/95, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que cria o Programa Estadual de Incentivos Fiscais para a Informatização das Escolas da Rede Pública de Ensino e das Entidades Filantrópicas. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., CONTRÁRIO DA C.F., E FAVORÁVEL DA C.E.C.E.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.E.C.E.. Aprovado. (Publ. no D.A. n.º 108, de 11.07.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 326/95

P A R E C E R:

Chega a esta Comissão de Constituição e Justiça, o projeto de lei supra marginado, de autoria do nobre Deputado José Maria Ferreira e que tem por objetivo criar o Programa Estadual de Incentivos Fiscais para a informatização das escolas da rede pública de ensino e das entidades filantrópicas. Este Programa consiste na doação, por pessoas jurídicas de direito privado com sede no Estado do Paraná, de equipamentos, novos ou usados, mediante abatimento dos tributos devidos à Fazenda

Estadual no exercício fiscal.

Sob a ótica da constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, não vislumbramos nenhum óbice a sua tramitação normal nesta Casa, tendo em vista possuir caráter meramente autorizatório e especificar detalhadamente o "quantum" tanto das doações - o valor dos equipamentos doados não deve ultrapassar 50% do valor de mercado - quanto do abatimento - inferior a 35% do total doado.

Assim, opinamos favoravelmente ao presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.10.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 326/95

SÚMULA: Cria o Programa Estadual de Incentivos Fiscais para a Informatização das Escolas da Rede Pública de Ensino e das Entidades Filantrópicas.

RELATOR: Deputado Péricles de Holleben Mello

P A R E C E R:

O projeto original do Deputado José Maria Ferreira é portador das melhores intenções. No entanto, tal projeto esbarra numa situação concreta: não podemos colocar os equipamentos de informática nas escolas sem uma política de formação de pessoal e sem uma concepção pedagógica que oriente este trabalho. Corremos o risco de colocar à disposição dos alunos, caros e arrojados "video games". Entendemos a importância da preocupação, mas achamos necessário uma proposta mais abrangente que responda a estas necessidades.

Por outro lado, entendemos que o núcleo da proposta do nobre colega, pode ser adaptada para uma outra necessidade também premente: a informatização da administração das escolas da Rede Estadual Pública de Ensino. Neste sentido apresentamos o substitutivo geral.

Somos, portanto, de parecer contrário ao projeto original e favorável ao substitutivo apresentado.

Este é o parecer.

Sala das Comissões, em 22.11.95.

(aa) PÉRICLES MELLO - Presidente

RÊNATO ADUR - Relator

SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI N° 326/95

Art. 1° - Fica criado o Programa Estadual de Incentivos Fiscais para a Informatização das Escolas da Rede Pública de Ensino, vinculado à Secretaria de Estado da Educação.

SEÇÃO I Dos Objetivos

Art. 2° - O Programa Estadual de Incentivos Fiscais para a Informatização das Escolas da Rede Pública de Ensino, vinculado à Secretaria de Estado da Educação, tem como objetivo fundamental incentivar a doação por parte de Pessoas Jurídicas de equipamentos de informática novos ou usados em condições de uso e dentro do padrão tecnológico vigente e de acordo com as determinações da Comissão Estadual de Informatização das Escolas da Rede Pública de Ensino, que possam ser utilizados com finalidades administrativas nestas instituições.

SEÇÃO II Dos Recursos

Art. 3° - Fica instituído no Estado do Paraná o incentivo fiscal para Pessoas Jurídicas de equipamentos de informática novos ou usados em condições de uso e dentro do padrão tecnológico vigente e de acordo com as determinações da Comissão Estadual de Informatização das Escolas da Rede Estadual Pública de Ensino.

§ 1° - para efeitos desta lei entende-se por:

a) Incentivador: pessoa jurídica, contribuinte do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, que tenha transferido equipamento, através de doação, para as Escolas da Rede Estadual Pública de Ensino;

b) Doação: transferência gratuita, em caráter definitivo, a SEED, de equipamentos de informática novos ou usados em condições de uso e dentro do padrão tecnológico vigente e de acordo com as determinações da Comissão Estadual de Informatização das Escolas da Rede Estadual Pública de Ensino;

c) Certificado de Aprovação: documento emitido pela Secretaria de Estado da Educação, após análise prévia da Comissão Estadual de Informatização das Escolas da Rede Estadual Pública de Ensino, representativo da autorização para que se efetive a transferência dos equipamentos conforme previsto no Certificado de Aprovação;

d) Certificados Nominais de Incentivo à Informatização das Escolas da Rede Estadual Pública de Ensino; documento emitido pela Secretaria de Estado da Educação, após análise prévia da Comissão Estadual de Informatização das Escolas da Rede Estadual Pública de Ensino, representativo da autorização para que se efetive o desconto no pagamento do ICMS por seu portador nos termos desta lei.

§ 2° - Os portadores dos Certificados Nominais de Incentivo à Informatização das

Escolas da Rede Estadual Pública de Ensino poderá utilizá-los na dedução quando do pagamento do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, até o limite de 20% do valor a cada incidência do tributo.

§ 3º - O valor doado nunca poderá ultrapassar o valor de 50% do valor de mercado.

§ 4º - O Poder Executivo fixará, anualmente, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, o limite dos valores que serão utilizados para Incentivo à Informatização das Escolas da Rede Estadual Pública de Ensino, não podendo ser tais valores inferiores a 0,03% e nem superiores a 0,06% da receita proveniente do ICMS.

SEÇÃO II Dos Recursos

Art. 3º - Fica instituído no Estado do Paraná o incentivo fiscal para as Pessoas Jurídicas de equipamentos de informática novos ou usados em condições de uso e dentro do padrão tecnológico vigente e de acordo com as determinações da Comissão Estadual de Informatização das Escolas da Rede Estadual Pública de Ensino.

§ 1º - Para efeitos desta lei entende-se por:

a) Incentivador: pessoa jurídica, contribuinte do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, que tenha transferido equipamento, através de doação, para as Escolas da Rede Estadual de Ensino;

b) Doação: transferência gratuita, em caráter definitivo, a SEPD, de equipamentos de informática novos ou usados em condições de uso e dentro do padrão tecnológico vigente e de acordo com as determinações da Comissão Estadual de Informatização das Escolas da Rede Estadual Pública de Ensino;

c) Certificado de Aprovação: documento emitido pela Secretaria de Estado da Educação, após análise prévia da Comissão Estadual de Informatização das Escolas da Rede Estadual Pública de Ensino, representativo da autorização para que se efetive a transferência dos equipamentos conforme previsto no Certificado de Aprovação;

d) Certificados Nominais de Incentivo à Informatização das Escolas da Rede Estadual Pública de Ensino: documento emitido pela Secretaria de Estado da Educação, após análise prévia da Comissão Estadual de Informatização das Escolas da Rede Estadual Pública de Ensino, representativo da autorização para que se efetive o desconto no pagamento do ICMS por seu portador nos termos desta lei.

§ 2º - Os portadores dos Certificados

Nominais de Incentivo à Informatização das Escolas da Rede Estadual Pública de Ensino poderão utilizá-los na dedução quando do pagamento do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS até o limite de 20% do valor a cada incidência do tributo.

§ 3º - O valor doado nunca poderá ultrapassar o valor de 50% do valor de mercado.

§ 4º - O Poder Executivo fixará, anualmente, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, o limite dos valores que serão utilizados para Incentivo à Informatização das Escolas da Rede Estadual Pública de Ensino, não podendo ser tais valores inferiores a 0,03% e nem superiores a 0,06% da receita proveniente do ICMS.

SEÇÃO III Da Comissão Estadual de Informatização das Escolas da Rede Pública de Ensino

Art. 4º - Será instituído, na Secretaria de Estado da Educação, a Comissão Estadual de Informatização das Escolas da Rede Estadual Pública de Ensino a ser composta, paritariamente, por membros indicados Secretarias de Estado da Educação e das Finanças, do Conselho Estadual de Educação, dos Departamentos de Informáticas das Universidades Estaduais do Paraná, do Departamento de Informática da Universidade Federal do Paraná, do Órgão do Governo do Estado de Processamento de Dados, do Sindicato dos Professores, do Sindicato dos Trabalhadores na Educação Pública do Paraná e do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Processamento de Dados do Paraná, e de um representante do Poder Legislativo Estadual.

Art. 5º - A Comissão Estadual de Informatização das Escolas da Rede Estadual Pública de Ensino terá as seguintes atribuições:

I - formular e desenvolver uma política para a Informatização das Escolas da Rede Estadual Pública de Ensino;

II - elaborar lista de equipamentos aceitos em doação em acordo com a política para a Informatização das Escolas da Rede Estadual Pública de Ensino;

III - fiscalizar os equipamentos doados;

IV - estabelecer prioridades e determinar a distribuição dos equipamentos recebidos em doação pelo Programa Estadual de Incentivos Fiscais para a Informatização das Escolas da Rede Pública de Ensino.

Art. 6º - A Comissão Estadual de Informatização das Escolas da Rede Estadual Pública de Ensino encaminhará à Assembleia Legislativa, bimestralmente, a relação das

doações aprovadas, bem como seus custos, além das doações recusados com os respectivos pareceres.

Parágrafo Único - Os projetos de doação aprovados ou recusados ficarão à disposição dos interessados para consulta pública em departamento específico da Secretaria de Estado da Educação.

SEÇÃO IV Disposições Finais

Art. 7º - O Secretário de Estado da Educação designará uma unidade de sua pasta para dar apoio à implementação do Programa.

Art. 8º - As despesas resultantes da aplicação desta lei correrão à conta de dotações próprias, a serem incluídas na Lei Orçamentária Anual, sendo suplementadas quando necessárias.

Art. 9º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de publicação desta, sendo assegurada a participação das entidades da sociedade civil interessadas.

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.10.95.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

O projeto original do Deputado José Maria Ferreira é portador das melhores intenções. No entanto tal projeto esbarra numa situação concreta: não podemos colocar os equipamentos de informática nas escolas sem uma política de formação de pessoal e sem uma concepção pedagógica que oriente este trabalho. Corremos o risco de colocar à disposição dos alunos caros e arrojados "video games". Entendemos a importância da preocupação, mas achamos necessários uma proposta mais abrangente que responda a estas necessidades.

Por outro lado, entendemos que o núcleo da proposta de nobre colega pode ser adaptada para uma outra necessidade também premente: a informatização da administração das Escolas da Rede Estadual Pública de Ensino. Este substitutivo vem justamente neste sentido.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N° 326/95

P A R E C E R:

A proposição em epígrafe, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, cria o Programa Estadual de Incentivos Fiscais para Informatização das Escolas da Rede Pública de Ensino e das Entidades Filantrópicas.

Sob análise regimental, na competência desta Comissão de Finanças, pronunciamos contrariamente ao projeto em questão e favoravelmente ao Substitutivo Geral da Comissão de Educação, visto este ser mais abrangente e vinculativo a realidade pedagógica, na formação pessoal para uso de equipamentos informáticos, inclusive nas administrações da Rede Pública de Ensino.

Sala das Comissões, em 16.05.96.

(aa) DIRVAL AMARAL - Presidente

DOCTOR ROSINHA - Relator

ITEM 04

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 459/95, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que autoriza o Executivo Estadual a criar o Fundo de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Tecnológico da Cafeicultura do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.A.I.C. E C.F.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 147 de 30.10.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 459/95

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado José Maria Ferreira, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar um Fundo de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Tecnológico da Cafeicultura do Paraná.

Tal proposta visa capacitar financeiramente os cafeicultores, buscando obter menores custos e maior qualidade, beneficiando todos os produtores de café do Paraná.

Esta Comissão de Constituição e Justiça chamada a opinar, conclui nada haver que possa obstar sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Diante do exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

é o parecer.

Sala das Comissões, em 14.11.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N° 459/95

P A R E C E R:

Autorizar o Executivo Estadual a criar o Fundo de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Tecnológico da Cafeicultura do Paraná, é o que objetiva o projeto de lei de autoria do Deputado José Maria Ferreira.

A cafeicultura já foi a principal fonte geradora de receita para o Estado.

Atualmente, com as sucessivas crises, houve uma total descapitalização do setor, daí a oportunidade do presente projeto de lei, para que possa ser promovido o desenvolvimento tecnológico da cafeicultura paranaense para que volte a ter condições para competir tanto no mercado nacional

como, principalmente, no comércio internacional.

Acompanhando as Comissões de Constituição e Justiça e de Agricultura, Indústria e Comércio, somos também de parecer favorável a sua aprovação.

Sala das Comissões, em 06.12.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ALBANOR GOMES - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, IND. E COMÉRCIO
PROJETO DE LEI N° 459/95

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado José Maria Ferreira, o projeto de lei em tela, visa autorizar o Poder Executivo Estadual a criar o Fundo de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Tecnológico da Cafeicultura do Paraná.

Analisada pela Comissão de Constituição e Justiça, tal proposição mereceu parecer favorável.

Esta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio chamada a opinar, conclui que com a aprovação de tal projeto serão beneficiados os cafeicultores, propiciando-lhes a obtenção de menores custos e maior qualidade de seu produto.

Portanto, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 29.11.95.

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI - Presidente
NEREU MOURA - Relator

ITEM 05

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 252/96 de autoria do Deputado Luiz Accorsi que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Professor Doutor Antônio Celso Nunes Nassif. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 85 de 12.06.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 252/96

P A R E C E R:

O plano de lei em exame, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, concede Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Professor Doutor Antônio Celso Nunes Nassif.

Analisando a matéria sob os aspectos da constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, não encontramos óbice à tramitação da mesma, motivo pelo qual examinamos nosso parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20.08.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
EMERSON NERONE - Relator

ITEM 06

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 340/96 de autoria do Deputado Anibal Khury e outros que denomina a PR-471, Rodovia que liga Porto São Paulo, no Município de Nova Prata do Iguçu, a Salto do Lontra,

de Rodovia Cândido Rizzoto. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 115 de 06.08.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 340/96

P A R E C E R:

RELATÓRIO

O presente plano de lei, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury e outros, pretende que se denomine de Rodovia Cândido Rizzoto, a PR-471, rodovia que liga Porto São Paulo, no Município de Nova Prata do Iguçu, a Salto do Lontra.

FUNDAMENTAÇÃO

O nome da rodovia é uma homenagem à Cândido Rizzoto, pioneiro em Nova Prata do Iguçu, tendo chegado àquela região no ano de 1961 e lá vivido até a sua morte em 1974. Fundador do Município de Nova Prata, foi também o primeiro comerciante local. Esta homenagem se justifica pela dedicação de sua vida inteira ao progresso daquela região.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 13.08.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
EDUARDO TREVISAN - Relator

ITEM 07

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 343/96 de autoria do Deputado Luiz Accorsi que declara de Utilidade Pública a Associação entre Amigos do Conjunto Camponesa, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 115 de 06.08.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 343/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, visa declarar de Utilidade Pública a Associação entre Amigos do Conjunto Camponesa, com sede e foro nesta Capital.

Analisando a matéria sob o aspecto legal, constitucional e regimental, e de acordo com a Lei n° 6.994/78 que trata das normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
JOSÉ TAVARES - Relator

ITEM 08

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 344/96 de autoria do Deputado Luiz Accorsi que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos do Bairro Gabinete, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 115, de 06.08.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 344/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro Gabinete, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

Analisando a matéria sob o aspecto legal, constitucional e regimental, e de acordo com a Lei n° 6.994/78 que trata das normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
JOSÉ TAVARES - Relator

ITEM 09

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 352/96 de autoria do Deputado Anibal Khury que institui o dia 06 de Maio, como o Dia do Instrumentador Cirúrgico. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 115 de 06.08.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 352/96

P A R E C E R:

RELATÓRIO

O presente plano de lei, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, pretende declarar que se institua o dia 06 de maio, como o Dia do Instrumentador Cirúrgico.

FUNDAMENTAÇÃO

Define-se como ciência pelos conhecimentos técnicos-científicos que exerce junto aos renomados mestres das cirurgias. O Instrumentador Cirúrgico é responsável pelo manuseio, manipulação e preparo dos materiais, dispendo-os adequadamente sobre a mesa de instrumental cirúrgico a especialidade inerente. É da agilidade e do completo equilíbrio entre o instrumentador cirúrgico e o mestre cirurgião que depende todo andamento da cirurgia. Este dia se comemora na data de 06 de maio dados aos reais fatos históricos que marcam a sua existência profissional.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 13.08.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
BASÍLIO ZANUSSO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimento n° 902, de autoria do Senhor Deputado Élio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 904 a 906, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 907, de autoria do Senhor Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 908, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, com apoio dos Senhores Deputados Walmor Trentini e Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 909, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 910, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 911 a 913, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 915, de autoria do Senhor Deputado Emerson Nerone, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Informo aos Senhores Deputados que segunda-feira será destinada ao trabalho das Comissões.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 324 e 345/96.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 326 e 459/95, 252, 340, 343, 344 e 352/96.

Levanta-se a sessão.

Atos da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 185/96

I - exonerar, a pedido, CIRÍACO ALTA-MIR DE FREITAS, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 15 de julho de 1996;

II - prover, ANDRÉ ROBERTO SCHIRELSKI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 15 de julho de 1996.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 23.07.96.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 186/96

I - exonerar, a pedido, TEÓFILO BACHA FILHO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenador Adjunto da Coordenadoria de Expediente e Arquivo, da Diretoria Administrativa, a partir de 1° de agosto de 1996;

II - prover, ERCÍLIA MARIA NASSER VICCILI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenadora Adjunta da Coordenadoria de Expediente e Arquivo, da Diretoria Administrativa, a partir de 1° de agosto de 1996;

III - autorizar, ERCÍLIA MARIA NASSER VICCILI, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre o seu vencimento básico, a partir de 1° de agosto de 1996, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 187/96

I - exonerar, a pedido, MELISSA MARUSKA ABRÃO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Assessora da Comissão de Redação, das Comissões Permanentes deste Poder, a partir de 1° de agosto de 1996;

II - prover, TEREZA DE JESUS SOTOMAIOR MARUSKA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Assessora da Comissão de Redação, das Comissões Permanentes deste Poder, a partir de 1° de agosto de 1996;

III - autorizar, TEREZA DE JESUS SOTOMAIOR MARUSKA, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1° de agosto de 1996, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 188/96

I - exonerar, a pedido, FERNANDO BOULOS MACHADO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1° de agosto de 1996;

II - prover, ALESSANDRA MÔNICA GIOVANNETTI DAROS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 01.08.96;

III - exonerar, a pedido, OSMAR HILGEMBERG NETO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da 2ª Secretaria deste Poder, a partir de 1° de agosto de 1996;

IV - prover, MAURO NASCIMENTO RIBAS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da 2ª Secretaria deste Poder, a partir de 1° de agosto de 1996;

V - autorizar MAURO NASCIMENTO RIBAS, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1° de agosto de 1996, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 189/96

I - exonerar, a pedido, MARIA DE LOURDES MALTAURO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado João Techy Filho, a partir de 1° de agosto de 1996;

II - exonerar, a pedido, CLÁUDIA BEATRIZ MALTAURO NICKEL, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado João Techy Filho, a partir de 1° de agosto de 1996;

III - exonerar, a pedido, MARILENA PUL SCHEIDT, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, do Gabinete da 4ª Secretaria deste Poder, a partir de 1° de agosto de 1996;

IV - exonerar, a pedido, MÁRCIO JULIK YOKOYAMA, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado João Techy Filho, a partir de 1° de agosto de 1996;

V - prover, MÁRCIO JULIK YOKOYAMA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado João Techy Filho, a partir de 1° de agosto de 1996;

VI - prover, CLÁUDIA BEATRIZ MALTAURO NICKEL, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado João Techy Filho, a partir de 1° de agosto de 1996;

VII - prover, MARILENA PUL SCHEIDT, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado João Techy Filho, a partir de 1° de agosto de 1996;

VIII - prover, ROZANE MACHADO DO NASCIMENTO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado João Techy Filho, a partir de 1° de agosto de 1996;

IX - prover, DICEZAR ANTÔNIO CORDEIRO JÚNIOR, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, do Gabinete da 4ª Secretaria deste Poder, a partir de 1° de agosto de 1996;

X - autorizar, DICEZAR ANTÔNIO CORDEIRO JÚNIOR, a prestar serviço em Regime de

Tempo Integral e Dedicção Exclusiva na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de agosto de 1996, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 190/96

I - exonerar, a pedido, ANA CRISTINA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nelson Tureck, a partir de 1º de agosto de 1996;

II - exonerar, a pedido, MARCELO HENRIQUE VLADIMIR BLATISLAV SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nelson Tureck, a partir de 1º de agosto de 1996.

(Prot. nº 6957)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 191/96

I - exonerar, a pedido, NORBERTO BRIXI, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Luiz Accorsi, a partir de 1º de agosto de 1996;

II - prover, NORBERTO BRIXI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Accorsi, a partir de 1º de agosto de 1996;

III - prover, ELIETE ARAÚJO DOS SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Accorsi, a partir de 1º de agosto de 1996;

IV - exonerar, a pedido, HÉLIO XAVIER DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Luiz Accorsi, a partir de 1º de agosto de 1996;

V - prover, ORLANDO CÉSAR SERAFIM, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Luiz Accorsi, a partir de 1º de agosto de 1996;

VI - prover, SÔNIA APARECIDA DOS SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Accorsi, a partir de 1º de agosto de 1996.

(Prots. nºs 7170 e 7171)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.08.96.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 192/96

I - exonerar, a pedido, IZABEL CRISTINA RIBAS RAVOSO, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Antonio Belinati, a partir de 1º de agosto de 1996;

II - exonerar, a pedido, EDILSON LÁZARO GONÇALVES PEDREIRO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Antonio Belinati, a partir de 1º de agosto de 1996;

III - prover, EDILSON LÁZARO GONÇALVES PEDREIRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Antonio Belinati, a partir de 1º de agosto de 1996.

(Prot. nº 7294)
Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 06.08.96.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 193/96

I - prover, IVONE CARRARA MALUTA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nelson Tureck, a partir de 1º de agosto de 1996;

II - prover, EDSON PEDRO CAMARGO ALVES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nelson Tureck, a partir de 1º de agosto de 1996.

(Prots. nºs 7310 e 7311)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 07.08.96.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 194/96

I - exonerar, a pedido, CLÁUDIO TADEU DOS SANTOS, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Walmor Trentini, a partir de 1º de agosto de 1996;

II - prover, MARIA LÚCIA PEREIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Walmor Trentini, a partir de 1º de agosto de 1996.

(Prot. nº 7415)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 195/96

I - exonerar, a pedido, CLADES REGIANE DE CARVALHO RIBEIRO, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Emerson Nerone, a partir de 1º de agosto de 1996;

II - prover, ERNESTO LÁZARO SIENNA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Emerson Nerone, a partir de 1º de agosto de 1996.

(Prot. nº 7455)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 08.08.96.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 196/96

I - exonerar, a pedido, LAERTES BOGUS JÚNIOR, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Valdir Rossoni, a partir de 1º de agosto de 1996;

II - prover, ARI CRISTIANO NOGUEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Valdir Rossoni, a partir de 1º de agosto de 1996;

III - autorizar ARI CRISTIANO NOGUEIRA, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de agosto de 1996, de acordo com o art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 7519)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 197/96

I - exonerar, a pedido, AMAURI DE LI-

MA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Jocelito Canto, a partir de 1º de agosto de 1996;

II - exonerar, a pedido, ZILDA RUI RODRIGUES, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Jocelito Canto, a partir de 1º de agosto de 1996;

III - prover, ZILDA RUI RODRIGUES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Jocelito Canto, a partir de 1º de agosto de 1996.

(Prot. n° 7525)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 12.08.96.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 198/96

I - exonerar, a pedido, IRONYLCE TESSEROLLI, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 1º de agosto de 1996;

II - prover, CLARICE BARBOSA GOMES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 1º de agosto de 1996.

(Prot. n° 7648)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 199/96

I - exonerar, a pedido, EDNO UEMURA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do Gabinete do Deputado José Tavares, a partir de 1º de agosto de 1996;

II - prover, NILZA YURIKA UEMURA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do Gabinete do Deputado José Tavares, a partir de 1º de agosto de 1996;

III - autorizar NILZA YURIKA UEMURA, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de agosto de 1996, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. n° 7710)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 14.08.96.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 200/96

I - exonerar, a pedido, os funcioná-

rios abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao Gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 1º de agosto de 1996, conforme especifica:

DAS-5: REGINA LUBKE

DAS-5: SAULO COLAÇO VAZ

1-G: EDITE SCHEIFFER MAIA

1-G: MARIA HAWRESZKO MOLOSSI

II - prover, os funcionários abaixo relacionados, para exercerem cargos em Comissão, junto ao Gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 1º de agosto de 1996, conforme especifica:

DAS-5: JOAQUIM VIEIRA

DAS-5: SÉRGIO AMILTON PAN

1-G: REGINA LUBKE

1-G: ODILON DE OLIVEIRA LIMA

III - autorizar JOAQUIM VIEIRA e SÉRGIO AMILTON PAN, a prestarem serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de agosto de 1996, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. n° 7749)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 16.08.96.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 201/96

I - exonerar, a pedido, CLÁUDIO DE TARSO KOPPE, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Toti Colaço, a partir de 1º de agosto de 1996;

II - prover, BENTO FAUSTINO RODRIGUES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Toti Colaço a partir de 1º de agosto de 1996;

(Prot. n° 7793)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 19.08.96.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário

NELSON GARCIA

2º Secretário